CARTA INTERNACIONAL
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 2526-9038

Estado-corporação, financiamento ambiental e neoextrativismo: as contradições da atuação norueguesa na Terra Indígena Tirecatinga[1]

Corporation-State, Environmental Financing, and Neo-Extractivism: The Contradictions of Norwegian Activities in the Tirecatinga Indigenous Land

Estado-corporación, financiamiento ambiental y neoextractivismo: las contradicciones de la actuación noruega en la Tierra Indígena Tirecatinga

DOI: 10.21530/ci.v21n2.2026.1712

Kelton Reis[2]

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

Resumo

A Noruega é a principal doadora do Fundo Amazônia, mecanismo de financiamento da conservação ambiental na Amazônia brasileira. Entretanto, sua atuação ambiental coexiste com a inserção de agentes econômicos noruegueses em cadeias produtivas associadas à expansão agroexportadora e a impactos socioambientais na região. Diante dessa contradição, o artigo analisa as relações entre financiamento ambiental internacional e dinâmicas neoextrativistas, à luz dos conceitos de neoextrativismo e Estado-corporação. Para isso, desenvolve um estudo de caso único sobre a Terra Indígena

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Mestrando em Relações Internacionais pelo programa San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC) São Paulo – SP, Brasil. (kelton.reis@unesp.br). ORCID: https://orcid.org/0009-0006-7472-8880

Artigo submetido em 30/05/2026 e aprovado em 21/10/2026.

Tirecatinga, localizada em Sapezal, Mato Grosso, com base em análise documental e dados secundários sobre financiamento ambiental, comércio internacional, produção agropecuária e impactos socioambientais. Os resultados evidenciam conexões entre mecanismos de governança ambiental, circuitos econômicos agroexportadores e pressões sobre territórios indígenas, permitindo problematizar os limites da conservação ambiental quando inserida em estruturas econômicas que reproduzem dinâmicas de exploração da natureza.

Palavras-chave: Estado-corporação, Noruega, Terra Indígena Tirecatinga, Neoextrativismo; Ecologia Política.

Abstract

Norway is the main donor to the Amazon Fund, a financing mechanism for environmental conservation in the Brazilian Amazon. However, its environmental engagement coexists with the involvement of Norwegian economic actors in production chains associated with agricultural frontier expansion and socio-environmental impacts in the region. Against this backdrop, the article examines the relationship between international environmental financing and neo-extractivist dynamics through the concepts of neo-extractivism and the corporate-state. It develops a single-case study of the Tirecatinga Indigenous Land, located in Sapezal, Mato Grosso, based on documentary analysis and secondary data on environmental financing, international trade, agricultural production, and socio-environmental impacts. The findings reveal connections between environmental governance mechanisms, agro-export economic circuits, and pressures on Indigenous territories, highlighting the limits of environmental conservation when embedded in economic structures that reproduce dynamics of nature exploitation.

Keywords: State-corporation, Norway, Tirecatinga Indigenous Territory, Neo-extractivism, Political Ecology.

Resumen

Noruega es el principal donante del Fondo Amazonía, un mecanismo de financiación de la conservación ambiental en la Amazonía brasileña. Sin embargo, su actuación ambiental coexiste con la participación de actores económicos en cadenas productivas asociadas a impactos socioambientales en la región. Ante esta contradicción, el artículo analiza las relaciones entre la financiación ambiental internacional y las dinámicas neoextractivistas, a partir de los conceptos de neoextractivismo y Estado-corporación. Para ello, desarrolla un estudio de caso único sobre la Tierra Indígena Tirecatinga, ubicada en Sapezal, Mato Grosso, mediante el análisis documental y de datos secundarios sobre financiación ambiental, comercio internacional, producción agropecuaria e impactos socioambientales. Los resultados

evidencian conexiones entre mecanismos de gobernanza ambiental, circuitos económicos agroexportadores y presiones sobre territorios indígenas, lo que permite problematizar los límites de la conservación ambiental cuando se inserta en estructuras económicas que reproducen dinámicas de explotación de la naturaleza.

Palabras clave: Estado-corporación, Noruega, Tierra Indígena Tirecatinga, Neoextractivismo, Ecología Política.

1. Introdução

A partir da década de 1970, a Amazônia brasileira passou por profundas transformações territoriais, sociais e econômicas decorrentes da aplicação de novas políticas públicas de desenvolvimento e integração. A dinâmica produtiva na região se transformou de maneira drástica, evoluindo de frentes pioneiras que substituíam a floresta por pastagens para a pecuária e pequena produção para um modelo altamente capitalizado de exportação e inserção no mercado global, caracterizado pela expansão da cultura da soja e por um forte processo de concentração fundiária (Mello 2003). Entre os territórios mais impactados por esse processo destacam-se as Terras Indígenas. Historicamente, essas áreas têm desempenhado um papel relevante na contenção da expansão da fronteira agrícola, "bloqueando a fragmentação fundiária e, consequentemente os impactos nocivos do uso da terra." (Mello 2006, 87).

Na década de 1990, o debate ampliou-se com a internacionalização da temática ambiental e a emergência de novos atores sociais que passaram a propor experiências locais sustentáveis (Mello 2003). Nesse cenário, foi criado, em 2008, o Fundo Amazônia, instrumento concebido para captar doações destinadas ao financiamento de projetos de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como de iniciativas voltadas à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia Legal (Fundo Amazônia 2013). Ao longo de sua trajetória, o instrumento consolidou-se como um importante mecanismo de apoio às ações de preservação ambiental e de promoção do desenvolvimento sustentável na região. Diversos países contribuem financeiramente para sua implementação, destacando-se a Noruega, que historicamente figura como o principal doador do instrumento (Fundo Amazônia 2026).

Entretanto, a atuação do país escandinavo na Amazônia brasileira revela uma dinâmica que suscita importantes questionamentos analíticos. Embora o país seja o principal financiador, sua inserção econômica em cadeias produtivas vinculadas à expansão da fronteira agrícola evidencia uma complexa relação com a região. Por meio de participações em setores associados ao agronegócio, agentes econômicos noruegueses integram processos que geram impactos socioambientais sobre o mesmo território cuja preservação é incentivada por meio das contribuições financeiras.

Essa aparente contradição torna-se particularmente evidente quando observada a partir da realidade da Terra Indígena Tirecatinga, localizada no município de Sapezal, no oeste do estado de Mato Grosso. Inserido em uma das principais regiões do agronegócio brasileiro, esse território indígena encontra-se exposto aos efeitos decorrentes da expansão das atividades agroexportadoras, evidenciando as tensões existentes entre os compromissos internacionais de conservação ambiental e as dinâmicas econômicas associadas à produção de commodities. Diante disso, emerge uma questão central: como compreender a contradição entre o papel da Noruega como principal financiadora do Fundo Amazônia e sua inserção econômica em cadeias agroexportadoras associadas a impactos socioambientais sobre a Terra Indígena Tirecatinga? A escolha de Tirecatinga justifica-se por seu potencial revelador para a análise proposta, uma vez que o caso permite observar, em uma configuração territorial concreta, a coexistência entre mecanismos internacionais de conservação ambiental e circuitos econômicos associados à expansão agroexportadora nos quais a Noruega se encontra inserida. O caso não é tomado como estatisticamente representativo de outras situações existentes na Amazônia, mas como uma entrada empírica capaz de tornar visíveis conexões entre financiamento ambiental, comércio internacional de commodities, expansão da fronteira agrícola e impactos socioambientais sobre territórios indígenas.

Parte-se da premissa analítica de que essa aparente contradição não representa uma incoerência isolada ou circunstancial, mas sim a manifestação de processos estruturais mais amplos relacionados ao neoextrativismo e à lógica do Estado-corporação. Sob essa perspectiva, as tensões observadas entre financiamento ambiental e inserção em cadeias econômicas potencialmente degradadoras não devem ser compreendidas como fenômenos pontuais, mas como expressões de um modelo sistêmico que articula, simultaneamente, mecanismos de conservação e processos de acumulação econômica baseados na exploração intensiva da natureza.

É nesse contexto que o presente artigo busca oferecer sua principal contribuição analítica. A proposta consiste em articular um caso local, relacionado à exposição aos agrotóxicos e aos impactos socioambientais observados na Terra Indígena Tirecatinga, com processos mais amplos relacionados ao comércio internacional de commodities agrícolas e aos mecanismos de cooperação internacional voltados à governança ambiental. Trata-se, portanto, de uma abordagem interdisciplinar que busca aproximar os campos da Geografia e das Relações Internacionais, contribuindo para a compreensão das interações entre território, ecologia política, economia e governança ambiental. Para tanto, o artigo adota uma abordagem qualitativa, estruturada como estudo de caso único, selecionado por seu potencial revelador. No plano filosófico-metodológico, a pesquisa dialoga com o realismo crítico discutido por Jackson (2011), particularmente com a compreensão de que a investigação científica não deve se limitar à descrição dos fenômenos observáveis, podendo buscar a compreensão das estruturas e dos mecanismos que contribuem para produzi-los. Essa perspectiva é pertinente ao problema investigado, uma vez que o artigo procura compreender as relações entre o financiamento ambiental promovido pela Noruega, sua inserção em cadeias agroexportadoras e os impactos socioambientais observados na Terra Indígena Tirecatinga. Para isso, mobiliza revisão bibliográfica e análise documental de dados e evidências produzidos por diferentes fontes, incluindo informações sobre os aportes ao Fundo Amazônia e a atuação ambiental norueguesa, o comércio internacional de commodities, a produção agropecuária e o uso de agrotóxicos em Mato Grosso, além de estudos sobre os impactos socioambientais no território. A análise articula essas fontes para examinar as conexões entre os processos econômicos internacionais e suas manifestações territoriais.

Para alcançar esse objetivo, o artigo está estruturado em cinco seções. Além desta introdução, a segunda seção examina as tensões existentes entre o financiamento de iniciativas de conservação, a inserção da Noruega nas cadeias globais da soja e os processos de expansão da fronteira agrícola brasileira. Em seguida, a terceira seção apresenta evidências e dados relativos à exposição aos agrotóxicos no território e seus efeitos socioambientais. A quarta seção, *Neoextrativismo e Estado-corporação*, interpreta os resultados à luz de conceitos e contribuições da Ecologia Política. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais são discutidas as implicações analíticas dos resultados obtidos, bem como os limites da análise.

2. Contradições do financiamento ambiental norueguês: Fundo Amazônia, comércio de soja e fronteira agrícola

A Noruega consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais atores internacionais no financiamento ambiental e na promoção de políticas de sustentabilidade. No âmbito da governança ambiental global, o país procura projetar a imagem de uma nação comprometida com a proteção ambiental e o enfrentamento das mudanças climáticas, destacando-se em iniciativas de cooperação voltadas à conservação de florestas tropicais e à redução das emissões de gases de efeito estufa. Entretanto, essa atuação deve ser compreendida à luz das bases materiais de sua economia, fortemente dependente da exploração petrolífera (Ministério das Relações Exteriores 2024). Beneficiada por essa renda, a Noruega figura entre as primeiras posições do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas e busca associar sua inserção internacional a compromissos ambientais e climáticos (Ministério das Relações Exteriores 2024). Nesse contexto, insere-se sua participação em mecanismos de financiamento voltados à conservação florestal, entre os quais se destacam programas vinculados ao REDD + (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), concebido para incentivar países em desenvolvimento detentores de florestas tropicais a reduzir voluntariamente as emissões associadas ao desmatamento e à degradação florestal. A Noruega participa de diversos programas de financiamento ambiental em diferentes regiões do mundo. (Ministério das Relações Exteriores da Noruega 2026)

No contexto do financiamento climático internacional, o Brasil abriga uma das maiores iniciativas dessa natureza: o Fundo Amazônia. Criado em 2008 pelo governo brasileiro, o instrumento foi concebido para captar doações estrangeiras destinadas ao financiamento de ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia Legal. O fundo constitui, assim, um importante mecanismo de cooperação internacional para a governança ambiental e a mitigação das mudanças climáticas, articulando recursos de diferentes países doadores em apoio às políticas de conservação florestal (Fundo Amazônia 2013).

A dimensão da contribuição financeira norueguesa ao Fundo Amazônia merece atenção especial, uma vez que constitui elemento central para a problemática analisada neste artigo. Considerando que a investigação busca compreender as tensões entre o financiamento ambiental promovido pela Noruega e sua

inserção em cadeias econômicas associadas a impactos socioambientais, torna-se fundamental dimensionar a magnitude de seus aportes. Em termos analíticos, a relevância da discussão proposta está relacionada ao peso da participação norueguesa no financiamento do fundo, o que torna necessário examinar o volume de recursos efetivamente destinados ao instrumento.

Em 2023, com as novas políticas ambientais brasileiras, a iniciativa não só foi retomada, como outras nações manifestaram interesse em financiá-la, levando o total de Estados doadores para sete. Apesar da ampliação do número de países participantes e da diversificação das fontes observadas nos últimos anos, a Noruega permanece como o principal doador histórico. A expressiva diferença entre os recursos aportados pelo país e aqueles provenientes dos demais financiadores evidencia sua posição de destaque na sustentação financeira do instrumento, conforme demonstrado na tabela a seguir. (Fundo Amazônia 2024)

Tabela 1: Doações Internalizadas para o Fundo Amazônia

Doador	**Valor**
Noruega	R$ 3.469.251.818,36
Alemanha	R$ 387.859.396,00
Estados Unidos	R$ 291.382.003,20
Reino Unido	R$ 283.960.570,49
Dinamarca	R$ 43.445.177,83
Suíça	R$ 28.130.000,00
Japão	R$ 14.943.000,00
Petrobrás	R$ 17.285.079,13
Total	**R$ 4.536.257.045,01**

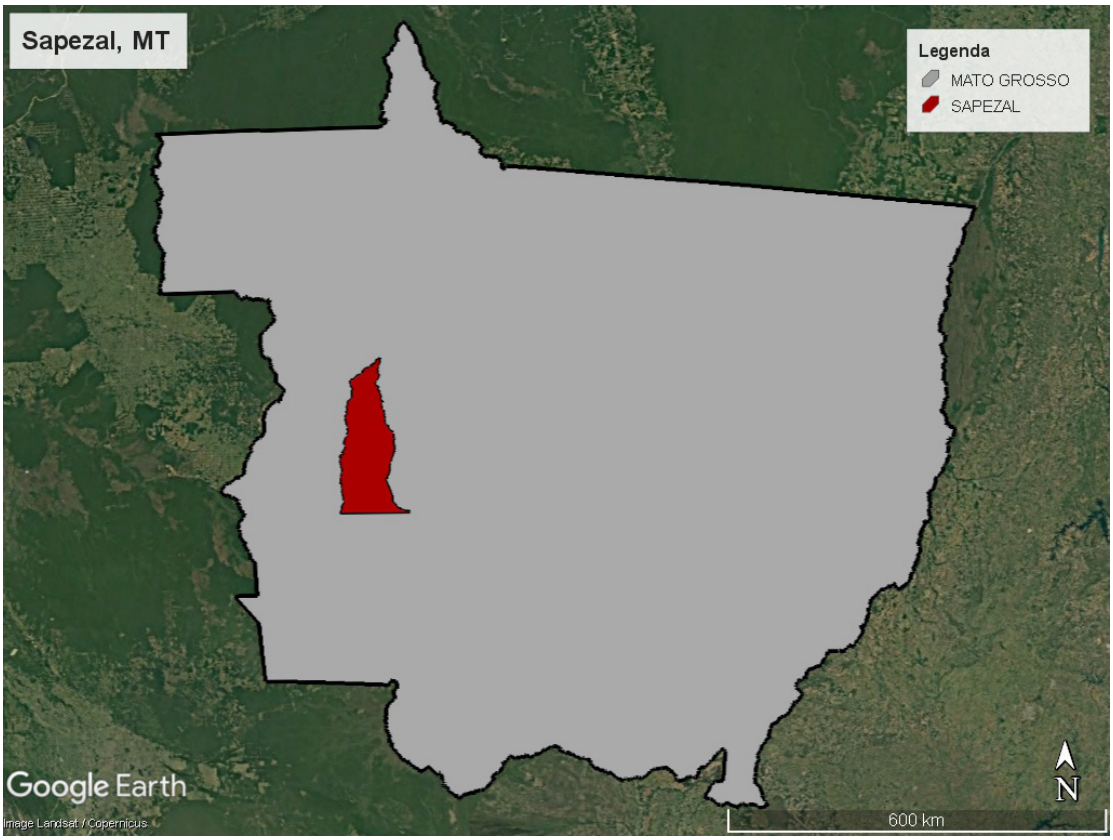
Fonte: Fundo Amazônia (2024)

Diante da expressiva contribuição da monarquia nórdica, pode parecer incoerente questionar o papel do país no contexto das dinâmicas socioambientais na região. Afinal, trata-se do principal financiador internacional de um dos mais importantes instrumentos de conservação florestal existentes. Nesse sentido, torna-se necessário examinar como essa atuação ambiental se articula com a inserção econômica da Noruega em cadeias associadas às dinâmicas socioambientais observadas na Amazônia brasileira.

Para compreender essa questão, é preciso deslocar a análise da escala global dos mecanismos de financiamento ambiental para a escala local dos

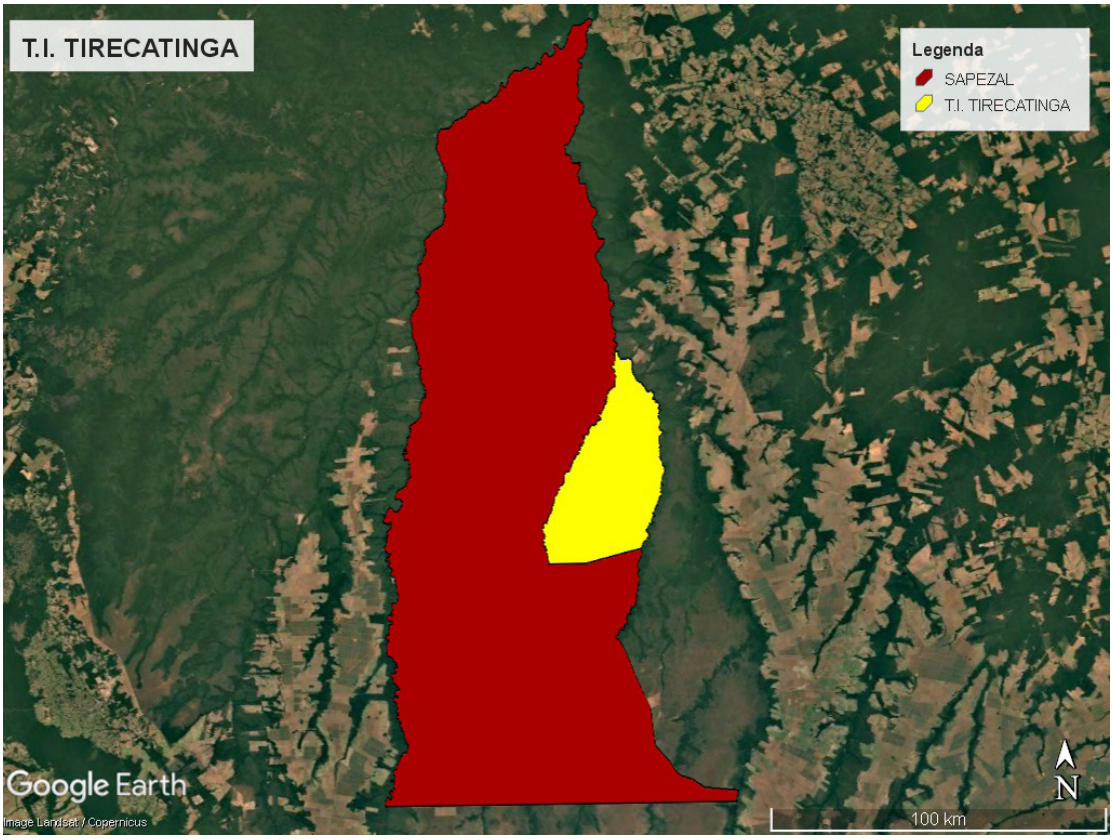
territórios afetados pelas dinâmicas econômicas associadas ao agronegócio. Mais especificamente, o foco recai sobre o município de Sapezal, no estado de Mato Grosso, onde se localiza a Terra Indígena Tirecatinga. O território apresenta registros de exposição a agrotóxicos e de impactos socioambientais associados às atividades agropecuárias desenvolvidas em seu entorno. Sob essa dinâmica, a problemática ultrapassa os limites do caso local e conecta-se a cadeias produtivas globais nas quais a Noruega desempenha papel relevante por meio de sua inserção em circuitos econômicos vinculados à produção e ao comércio internacional de commodities agrícolas.

Figura 1: Localização de Sapezal



Fonte: Elaboração própria.

Figura 2: Localização da Terra Indígena Tirecatinga

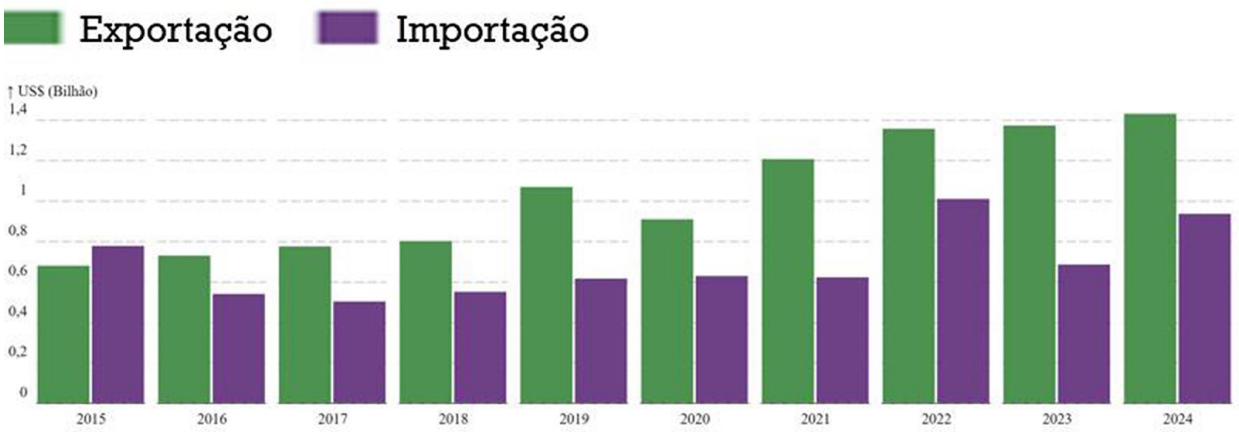


Fonte: Elaboração própria

Dessa forma, para compreender os nexos entre financiamento ambiental, expansão agroexportadora e impactos socioambientais sobre territórios indígenas, torna-se necessário examinar, inicialmente, as relações econômicas estabelecidas entre Brasil e Noruega, com especial atenção à composição de sua balança comercial e aos fluxos que articulam ambos os países no âmbito da economia global.

A balança comercial entre ambos os países tem apresentado um crescimento expressivo ao longo da última década, evidenciando um superavit brasileiro cada vez mais elevado. De acordo com dados do *site* Comex Stat, sistema oficial para extração das estatísticas do comércio exterior brasileiro de bens, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), as exportações brasileiras para a nação escandinava revelam o fortalecimento das relações comerciais bilaterais e refletem, em parte, a consolidação do Brasil como fornecedor de matérias-primas estratégicas para a economia norueguesa. (Comex Stat 2025)

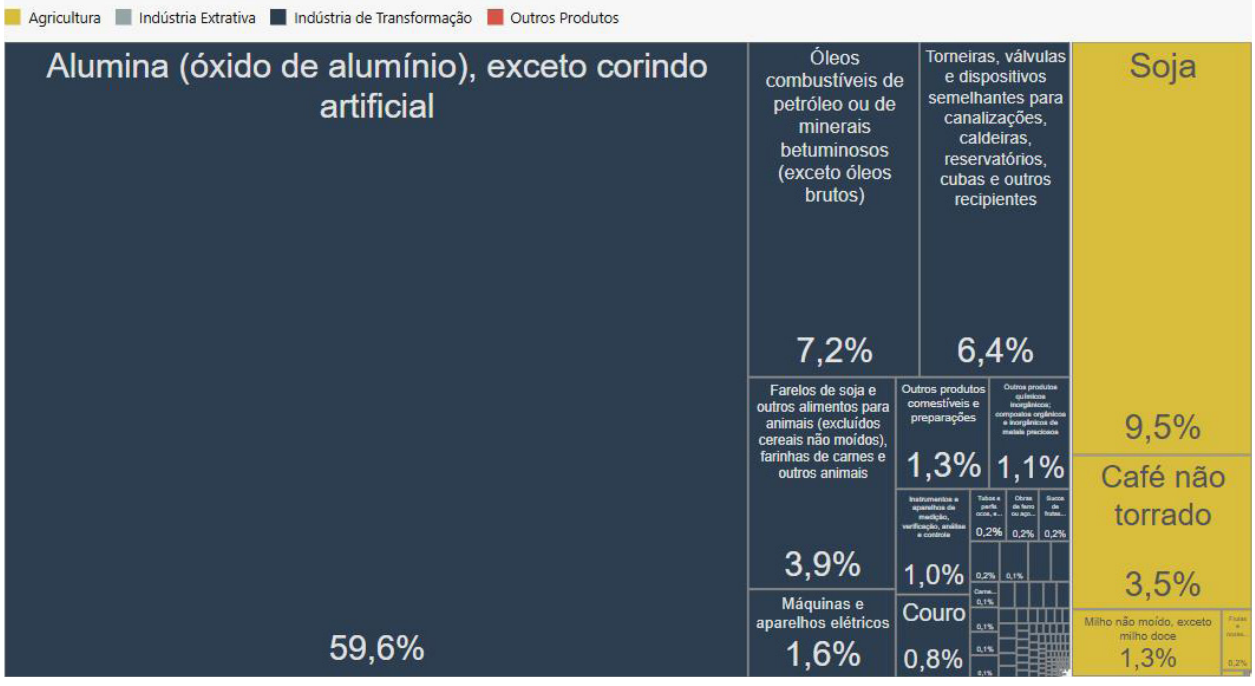
Figura 3: Evolução da balança comercial Brasil – Noruega, 2015 a 2024, em US$ bilhão



Fonte: Comex Stat (2025)

Nesse contexto, a análise da composição da pauta exportadora adquire relevância central. Em 2024, o principal produto exportado foi a alumina, responsável por 59% das vendas brasileiras ao mercado norueguês, conforme evidenciado na figura 4. Essa predominância demonstra a persistência de um padrão primário-exportador na relação entre os dois países.

Figura 4: Composição da importação norueguesa



Fonte: Comex Stat (2025)

Sob a perspectiva analítica adotada neste artigo, a centralidade do óxido de alumínio na pauta exportadora brasileira para a Noruega constitui um elemento particularmente relevante para a análise das relações entre financiamento ambiental, inserção econômica e impactos socioambientais. Conforme discutido anteriormente, a pesquisa parte da premissa analítica de que as relações entre financiamento ambiental e dinâmicas de degradação socioambiental podem ser compreendidas à luz de processos estruturais associados ao neoextrativismo e à lógica do Estado-corporação. Nesse sentido, a cadeia produtiva do alumínio oferece um elemento empírico relevante para observar essas dinâmicas. Ao mesmo tempo em que o Estado norueguês se projeta internacionalmente como um dos principais financiadores de iniciativas voltadas à conservação ambiental, empresas vinculadas aos seus interesses econômicos participam de atividades extrativas e industriais que geram significativos impactos socioambientais nos territórios onde operam. Dessa forma, a análise da produção e exportação de óxido de alumínio contribui para examinar as tensões entre os compromissos ambientais assumidos pela Noruega no plano internacional e sua inserção em cadeias globais de exploração de recursos naturais.

O predomínio do óxido de alumínio na balança comercial está diretamente associado à atuação da empresa Hydro-Alunorte, localizada no município de Barcarena, no estado do Pará. De acordo com Carmo (2019), a Hydro-Alunorte constitui a maior refinaria de alumina do mundo, pertencente à corporação norueguesa Norsk Hydro, empresa com mais de 50% de seu capital controlado pelo governo. Apesar de sua imagem corporativa ancorada na sustentabilidade e na eficiência tecnológica, a Hydro-Alunorte foi protagonista de um dos mais graves escândalos ambientais da história recente do Pará. Em fevereiro de 2018, conforme documenta Castro (2019), foi identificado um vazamento na bacia de rejeitos de bauxita da refinaria, decorrente de tubulações clandestinas que despejavam efluentes tóxicos nos cursos d'água da região. O episódio comprometeu severamente a qualidade da água, que adquiriu coloração avermelhada e tornou-se imprópria para o consumo humano, impactando comunidades rurais, quilombolas, pescadores e pequenos municípios situados no entorno da planta industrial (Castro 2019).

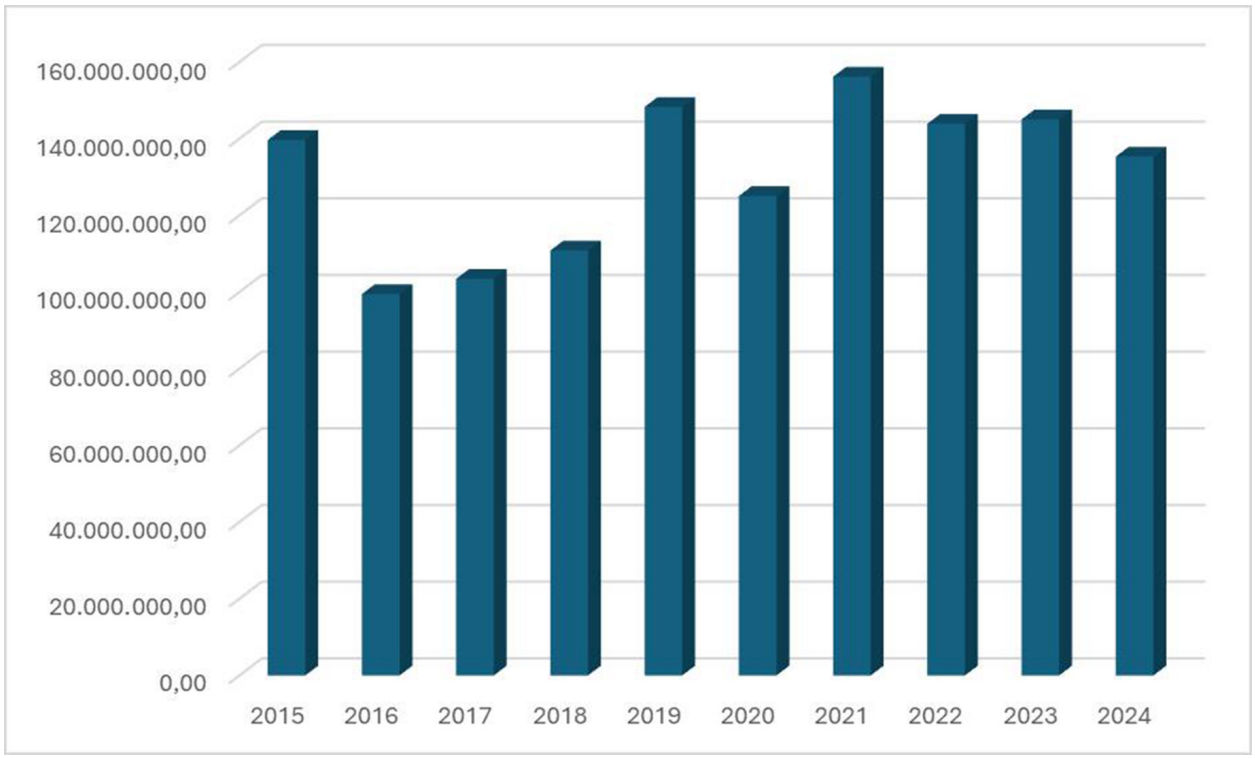
A gravidade do episódio foi corroborada por diferentes fontes institucionais. Durante audiência pública promovida por comissão externa da Câmara dos Deputados, a própria Hydro-Alunorte admitiu a existência de um duto clandestino em suas instalações, utilizado para o lançamento de efluentes na região de Barcarena. Investigações realizadas pelo Instituto Evandro Chagas e pelo Instituto

de Química Fina do Pará identificaram alterações nos níveis de alumínio e chumbo em cursos d'água utilizados pelas populações locais (Agência Câmara de Notícias 2018). Relatório produzido pela comissão externa da Câmara dos Deputados também apontou falhas nos procedimentos de licenciamento e fiscalização ambiental, além de registrar evidências de alterações na qualidade dos recursos hídricos da região (Rodrigues 2018). Esses elementos permitem triangular diferentes fontes e evidências sobre o episódio, conferindo maior robustez à caracterização dos impactos socioambientais associados à atuação da Hydro-Alunorte em Barcarena.

Os recorrentes incidentes associados à atuação da Hydro-Alunorte em Barcarena produziram significativos impactos socioambientais e constituem um elemento relevante para a análise das tensões entre o protagonismo norueguês no financiamento ambiental internacional e os efeitos decorrentes de atividades econômicas vinculadas a seus interesses corporativos. Tais impactos foram amplamente documentados e analisados por estudos como os de Leira (2020) e Carmo (2019), que reportam as consequências territoriais e sociais da atividade minerária na região. Contudo, o argumento desenvolvido neste artigo não se limita à identificação de episódios específicos ou de casos isolados de degradação ambiental. A análise busca compreender em que medida essas tensões podem ser interpretadas à luz de processos estruturais associados ao neoextrativismo e à lógica do Estado-corporação. Nesse sentido, busca-se ampliar o foco analítico para além do setor mineral, examinando também as cadeias agroexportadoras nas quais a Noruega ocupa posição relevante. O objetivo é compreender como a inserção de agentes econômicos noruegueses em circuitos globais de produção e comercialização de commodities agrícolas se articula com processos de expansão da fronteira agrícola e com impactos socioambientais sobre territórios estratégicos para a conservação ambiental. Entre esses territórios destaca-se a Terra Indígena Tirecatinga, cuja importância para a proteção do bioma contrasta com as pressões socioambientais decorrentes do avanço do agronegócio em seu entorno. Por essa razão, a análise desloca-se, a partir deste ponto, para o segundo principal produto da pauta de exportações brasileiras destinado ao mercado norueguês: a soja.

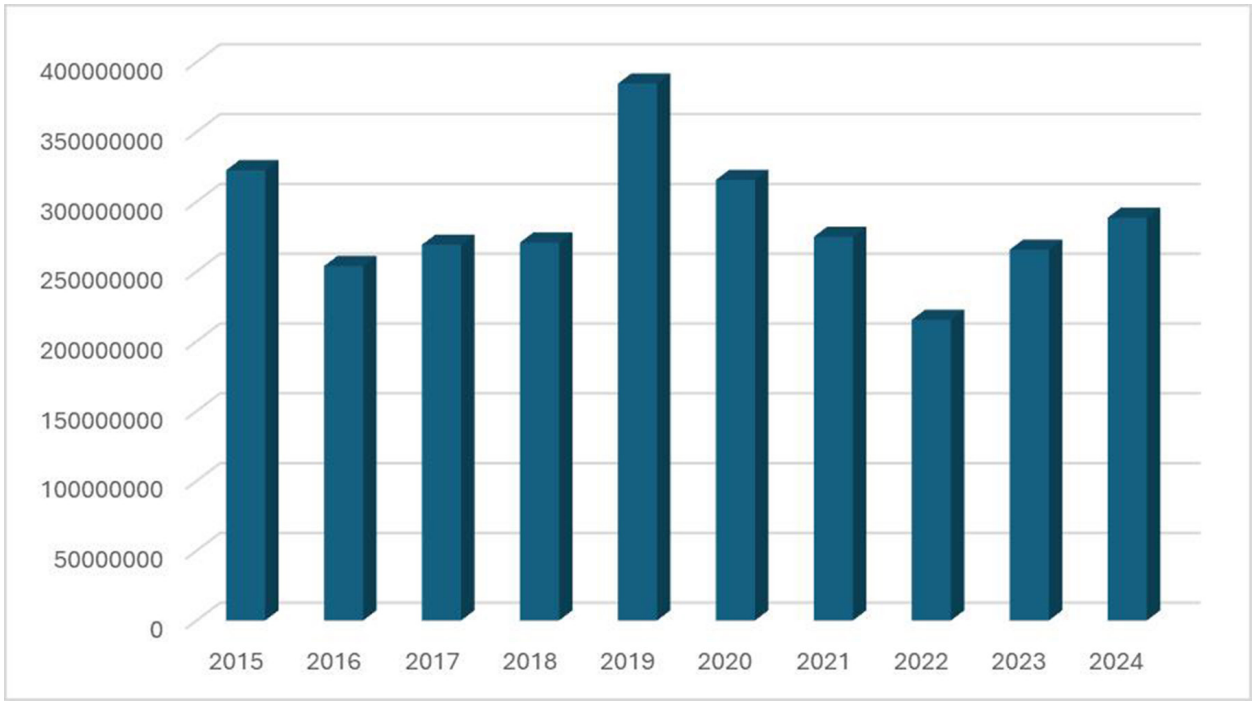
Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Comex Stat 2025), o complexo da soja, considerando grão e farelo, representou aproximadamente 13% de todas as exportações brasileiras destinadas à Noruega. Nos últimos anos, a importação de soja brasileira pela Noruega manteve-se em níveis elevados, como demonstram as figuras a seguir. No ano de 2024, o Estado nórdico respondeu por 0,3% do total de soja exportada pelo Brasil. (Comex Stat 2025)

Figura 5: Quantidazde de soja exportada pelo Brasil para a Noruega, em US$



Fonte: Comex Stat (2025), elaboração própria.

Figura 6: Quantidade de soja exportada pelo Brasil para a Noruega, em quilograma líquido



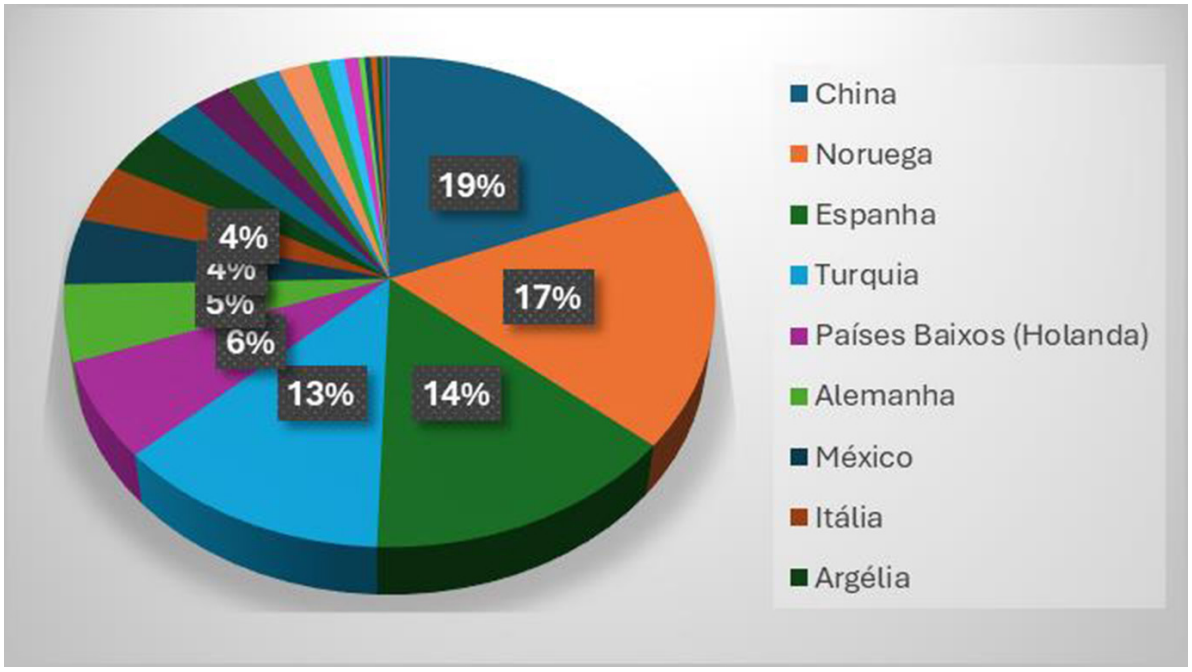
Fonte: Comex Stat (2025), elaboração própria.

À primeira vista, a participação norueguesa de apenas 0,3% no total das exportações brasileiras de soja pode parecer insuficiente para sustentar a relevância analítica atribuída a esse fluxo comercial. Sob uma perspectiva estritamente nacional, tal percentual é, de fato, reduzido quando comparado aos volumes destinados aos principais mercados consumidores da commodity. Entretanto, uma análise centrada exclusivamente em agregados nacionais tende a obscurecer a distribuição territorial desigual das cadeias agroexportadoras e dos impactos socioambientais a elas associados.

Torna-se fundamental, portanto, considerar a dimensão espacial dos fluxos comerciais. A soja exportada para a Noruega não é produzida de forma homogênea em todo o território brasileiro, tampouco sua demanda se distribui proporcionalmente entre todas as regiões produtoras. Ao contrário, determinados municípios e áreas de expansão da fronteira agrícola assumem papel relevante no atendimento desse mercado específico. Assim, ainda que a participação norueguesa seja relativamente modesta no conjunto das exportações nacionais, sua importância pode assumir maior expressão quando observada em escalas territoriais mais restritas. Essa mudança de escala analítica é particularmente importante para os objetivos deste artigo. Ao deslocar o olhar para o nível local, torna-se possível observar de forma mais precisa os nexos entre comércio internacional, expansão do agronegócio e impactos socioambientais. É justamente nesse contexto que se insere o município de Sapezal, onde a participação da Noruega no comércio de soja apresenta expressão territorial significativa e oferece condições para observar como fluxos econômicos globais se articulam a dinâmicas produtivas locais e a pressões socioambientais sobre áreas ambientalmente sensíveis, como a Terra Indígena Tirecatinga.

Localizado no oeste mato-grossense, Sapezal possui uma população de 28.944 habitantes (IBGE 2025) e sua base econômica é fortemente ancorada na agropecuária intensiva, destacando-se os cultivos de soja e algodão, ambos voltados majoritariamente à exportação. Dos mais de 500 milhões de quilogramas líquidos de soja exportados por Sapezal em 2024, cerca de 17% tiveram como destino a monarquia escandinava, percentual substancialmente superior à média nacional. De fato, ao se observar a origem geográfica da soja brasileira adquirida pela Noruega no mesmo ano, constata-se que 53% de todo o volume exportado teve origem em Sapezal. (Comex Stat 2025)

Figura 7: Destino da soja exportada por Sapezal em 2024, em quilograma líquido



Fonte: Comex Stat (2025); elaboração própria.

Esse padrão de concentração não é episódico, mas sim recorrente ao longo da última década, com exceção dos anos de 2020 e 2021, quando a distribuição das exportações apresentou leve dispersão regional (Comex Stat 2025). Tal constância permite observar a persistência da inserção de Sapezal nos fluxos comerciais destinados à Noruega, sugerindo que o município ocupa posição relevante na cadeia de suprimentos de soja destinada ao mercado norueguês.

Além disso, os dados revelam que a dependência norueguesa de soja mato-grossense é altamente concentrada. Em 2024, 94% de toda a soja adquirida pelo país foi cultivada em apenas três municípios, todos localizados no oeste mato-grossense: Sapezal, Campo Novo do Parecis e Brasnorte. Essa concentração territorial constitui um elemento relevante para analisar como fluxos comerciais internacionais se articulam a territórios agrícolas específicos e permite examinar, sob uma ótica crítica, as implicações socioambientais desse padrão de inserção comercial (Comex Stat 2025).

A relação entre o local e o global pode ser observada de forma particularmente significativa no caso de Sapezal, onde o agronegócio se articula diretamente com as dinâmicas econômicas internacionais, em especial com a demanda norueguesa por commodities agrícolas. Essa interconexão exemplifica o que diversos geógrafos denominam de “nova fronteira agrícola”, conceito que descreve a integração das regiões produtivas do interior brasileiro aos fluxos globais de

capital, comércio e tecnologia. Assim, o avanço da fronteira não apenas amplia a produção agroexportadora, mas também reconfigura os territórios, reestruturando economias locais, usos do solo e relações socioambientais.

Como observa Bernardes (2005), compreender a fronteira agrícola implica vê-la não como um limite fixo, mas como um processo histórico em constante transformação. A expansão da soja em Mato Grosso, portanto, ultrapassa a mera continuidade das modernizações agrícolas iniciadas nos anos 1970. Trata-se de uma expressão contemporânea da valorização global das commodities, marcada por novas contradições territoriais e ecológicas. A fronteira agrícola, portanto, é um movimento dinâmico de reorganização espacial, em que interesses econômicos globais se materializam em práticas locais, gerando tensões entre produtividade, sustentabilidade e justiça ambiental.

A fronteira agrícola moderna mato-grossense representa, assim, um espaço de transição e experimentação territorial, no qual se articulam modernização técnica, políticas públicas e interesses corporativos. Essa configuração dá origem a uma nova morfologia produtiva, marcada por corredores de exportação e pela concentração de cadeias agroindustriais integradas, como o complexo carne-grãos, voltado à exportação de commodities. Tal processo evidencia o que Bernardes (2010) descreve como novas paisagens de soja, territórios moldados pela lógica do capital e pela intensificação tecnológica, que exigem novas formas de organização social e ambiental.

A análise do comércio de soja entre Sapezal e Noruega ganha densidade quando interpretada à luz do conceito de circuito espacial de produção, elaborado por Santos (2000) e posteriormente retomado por Bernardes (2005) em sua análise da fronteira agrícola. Esse conceito permite compreender como diferentes territórios, separados por milhares de quilômetros, integram-se em um mesmo sistema de fluxos materiais, financeiros e informacionais. No caso em questão, a soja cultivada no oeste do Mato Grosso percorre uma complexa cadeia logística com armazenagem, transporte terrestre, portos e transporte marítimo até alcançar o mercado nórdico, onde se converte majoritariamente em insumo estratégico para a aquicultura do salmão.

Essa conexão evidencia que a fronteira agrícola brasileira não deve ser entendida apenas em sua dimensão local ou nacional, mas como parte constitutiva de uma engrenagem global de circulação de mercadorias. O circuito espacial de produção da soja mato-grossense estabelece conexões entre os territórios de produção e o mercado norueguês, revelando a interdependência entre um espaço

de produção primária e um espaço de consumo e transformação da mercadoria. Nessa lógica, a produção agrícola no Cerrado e na Amazônia não se esgota em si mesma, adquirindo sentido na medida em que se articula com cadeias produtivas distantes, consolidando um sistema que combina modernização tecnológica, reestruturação territorial e diferentes formas de pressão e transformação socioambiental. Assim, o que antes poderia parecer uma dinâmica puramente econômica pode também ser analisado como um fenômeno socioambiental, no qual os efeitos da integração global se manifestam em diferentes formas de exposição e impacto ambiental. É nesse ponto que a fronteira agrícola produz impactos que ultrapassam a esfera produtiva e atingem diretamente a população local e os territórios indígenas. Entre as áreas sob pressão dessa dinâmica está a Terra Indígena Tirecatinga, localizada inteiramente dentro dos limites municipais de Sapezal.

3. Terra Indígena Tirecatinga: impactos socioambientais da integração agroexportadora

Segundo Chaves et al. (2024), a TI Tirecatinga é delimitada pelos rios Buriti e Papagaio, cercada por grandes propriedades rurais nas quais as monoculturas avançam de forma contínua em direção às margens dos rios. O território abrange cerca de 130 mil hectares e abriga aproximadamente 200 pessoas. As pressões históricas da colonização, somadas à ocupação intensiva das terras e à exploração dos recursos naturais, provocaram mudanças profundas na vida tradicional desses povos, comprometendo sua autonomia e reduzindo a diversidade agroecológica. Nesse contexto, a exposição aos agrotóxicos constitui uma dimensão relevante das pressões socioambientais incidentes sobre o território, especialmente em razão da proximidade entre as áreas agrícolas e a Terra Indígena. Esse cenário evidencia uma situação de vulnerabilidade socioambiental que demanda políticas ambientais capazes de considerar as inter-relações entre território, cultura e sustentabilidade.

De acordo com estudos realizados por Pignati et al. (2017), Sapezal é o segundo município brasileiro com maior índice de uso de agrotóxicos, registrando o consumo de 11,1 milhões de litros em 2015. O uso intensivo de defensivos agrícolas está associado a impactos ambientais e sociais relevantes. A proximidade física entre as lavouras de soja e algodão e o território indígena torna o caso

particularmente relevante para analisar a sobreposição entre fronteiras agrícolas e conflitos étnico-ambientais, permitindo observar como dinâmicas associadas à expansão do agronegócio alcançam territórios indígenas e incidem sobre seus modos de vida, sua saúde e seu território.

A especificidade dos impactos associados à exposição aos agrotóxicos entre populações indígenas do Mato Grosso pode ser observada no estudo realizado pela Operação Amazônia Nativa (OPAN) e pelo Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (OPAN e UFMT/Neast 2022), que investigaram os impactos da produção em larga escala de algodão sobre a saúde humana e o meio ambiente nas Terras Indígenas do oeste do estado. Atualmente, o algodão é a cultura agrícola que mais consome agrotóxicos no estado, com uma média de 28,6 litros por hectare. No contexto nacional, ocupa a segunda posição entre as culturas mais dependentes de agrotóxicos, ficando atrás apenas do tabaco, cujo uso médio atinge 60 litros por hectare. O estudo identificou múltiplos impactos, abrangendo dimensões ambientais, epidemiológicas, econômicas, políticas e socioculturais. A metodologia adotada integrou abordagens qualitativas e quantitativas, contemplando o levantamento de dados epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos em territórios indígenas, urbanos e rurais da bacia do rio Juruena, onde se localiza Sapezal.

Em um dos experimentos, foram realizadas coletas e análises laboratoriais de plumas e subprodutos de algodão comercializados, além de amostras de plantas medicinais, árvores frutíferas e águas da Terra Indígena Tirecatinga, com o objetivo de detectar resíduos de agrotóxicos. Os resultados indicaram que 88% das amostras apresentaram resíduos de agrotóxicos, com a identificação de 11 substâncias distintas e uma média de quatro tipos de contaminantes por amostra. Os resultados constituem evidência empírica da presença de resíduos de agrotóxicos em diferentes componentes ambientais analisados na Terra Indígena Tirecatinga. (OPAN e UFMT/Neast 2022)

Uma distinção importante precisa ser explicitada para evitar interpretações simplificadoras. Embora a soja seja o principal elo comercial entre Sapezal e a Noruega, é o cultivo do algodão que responde pela maior parte do uso de agrotóxicos no município. No entanto, essa separação entre culturas é, na prática, relativa. Conforme demonstram Lamas e Chitarra (2022), cerca de 87% do algodão mato-grossense é cultivado como segunda safra, isto é, plantado imediatamente após a colheita da soja, nas mesmas propriedades, com a mesma infraestrutura e

dentro do mesmo circuito espacial de produção. Essa articulação permite analisar soja e algodão não como cadeias completamente independentes, mas como atividades que compartilham bases territoriais, logísticas e econômicas. Sob essa perspectiva, a expansão da soja contribui para a organização e estabilização das condições territoriais nas quais a produção de algodão se desenvolve.

O estudo conduzido pela OPAN e pelo UFMT/Neast (2022) constatou ainda que as doenças respiratórias, como pneumonia, bronquite e asma, apresentaram picos de incidência entre março e junho, período que coincide com o controle de pragas e a colheita do algodão. Essa coincidência temporal constitui um elemento considerado pelo estudo na análise da possível relação entre exposição aos agrotóxicos e agravos respiratórios, sem, contudo, permitir estabelecer isoladamente uma relação causal direta. Por fim, estima-se uma elevada subnotificação das intoxicações exógenas por agrotóxicos: para cada caso registrado, 20 a 100 deixam de ser notificados, dependendo do município, índices superiores à média nacional estimada pela Organização Mundial da Saúde (OPAN e UFMT/Neast 2022).

Já Reis Gugelmin e Corrêa (2026) identificam impactos associados à exposição aos agrotóxicos sobre os recursos hídricos do território, uma vez que a chuva transporta defensivos agrícolas das áreas de lavoura para rios e açudes situados nas baixadas da Terra Indígena. Segundo as autoras, essa dinâmica está associada à alteração da qualidade das águas e à ocorrência de mortandade de peixes importantes para a alimentação e a cultura dessas populações.

Além do comprometimento da pesca, o estudo também registra impactos sobre a fauna terrestre, com animais de caça como o tatu e a ema expostos a águas e vegetação próximas às lavouras. Esses relatos produzem preocupação entre os membros da comunidade quanto à segurança do consumo de suas carnes. A atividade agrícola vizinha também afeta a coleta de frutos nativos do Cerrado de relevância socioeconômica, como o pequi, cuja produção, segundo os autores, tem apresentado quedas abruptas e prematuras de frutos ainda verdes, associadas à aplicação de herbicidas e inseticidas nas plantações de soja e algodão. Dessa forma, os resultados apresentados por Reis et al (2026) permitem observar como a expansão das atividades agrícolas no entorno do território incide sobre práticas de pesca, caça e coleta, com possíveis implicações para a soberania alimentar das populações indígenas.

A persistência das preocupações relacionadas à exposição aos agrotóxicos levou também à atuação do Ministério Público Federal (MPF), que abriu inquérito para investigar suspeitas de contaminação por defensivos agrícolas na Terra

Indígena Tirecatinga. A investigação busca apurar a possível presença de resíduos de agrotóxicos no território, inclusive em produtos de origem vegetal consumidos pela comunidade, verificar a ocorrência de eventuais pulverizações irregulares no entorno da Terra Indígena e identificar medidas destinadas à redução dos possíveis impactos sobre a saúde da população indígena e o meio ambiente (G1 MT 2026).

Desse modo, ao importar volumes significativos de soja de Sapezal, a monarquia nórdica não participa apenas de uma cadeia isolada, mas se insere em um sistema agroexportador no qual soja e algodão apresentam articulações produtivas e territoriais. A conexão entre essas atividades permite analisar de forma integrada as relações entre a produção destinada ao mercado internacional, o uso intensivo de agrotóxicos e os impactos socioambientais observados no entorno da Terra Indígena Tirecatinga. Nesse sentido, o padrão de importação norueguês constitui um elemento da inserção internacional da economia de Sapezal que pode ser relacionado, no plano analítico, às dinâmicas territoriais observadas no caso, sem que isso implique atribuir ao comércio bilateral uma causalidade direta sobre os impactos identificados.

Esses resultados evidenciam uma situação de vulnerabilidade ambiental vivenciada pelos povos indígenas da Terra Indígena Tirecatinga, em um contexto marcado pelo uso intensivo de agrotóxicos no entorno de seus territórios. Mais do que episódios isolados, os dados apresentados permitem observar a persistência de um modelo de ocupação territorial baseado na intensificação de monoculturas voltadas à exportação, cujos efeitos socioambientais incidem de maneira particularmente relevante sobre populações indígenas. Nesse contexto, a exposição a substâncias químicas potencialmente tóxicas pode afetar não apenas a saúde das comunidades, mas também suas formas tradicionais de reprodução social, suas práticas produtivas e sua relação histórica com o território. Sob essa perspectiva, a situação observada constitui uma expressão territorial específica das tensões associadas à expansão do agronegócio exportador em áreas ambientalmente sensíveis e socialmente vulneráveis.

4. Neoextrativismo e Estado-corporação

A Amazônia ocupa uma posição estratégica nas disputas ambientais, climáticas e geopolíticas contemporâneas. Como destaca Becker (2007), a região,

historicamente concebida como fronteira de exploração de recursos, adquiriu novo significado diante de seu valor ecológico e de seu potencial científico-tecnológico, tornando-se objeto de interesses estatais e corporativos. Essa valorização expressa uma mudança na geopolítica mundial, na qual o controle territorial também se manifesta pela influência sobre as decisões relativas ao uso dos recursos naturais. Nesse sentido, a autora afirma que "Enquanto espaço geográfico, territorial, a valorização estratégica da Amazônia decorre do novo significado por ela adquirido, o de um duplo patrimônio: o de terras propriamente dito, e o de um imenso capital natural" (Becker 2007, 35).

Essa valorização estratégica, contudo, não significou a superação das dinâmicas históricas de exploração econômica da região, mas sua reconfiguração em um contexto de globalização. A ampliação da agenda ambiental e dos mecanismos internacionais de financiamento da conservação passou a coexistir com a expansão agroexportadora, a exploração de recursos naturais e a pressão sobre territórios ambientalmente sensíveis. A conservação ambiental pode, assim, coexistir com processos de acumulação econômica que intensificam a exploração territorial, evidenciando as tensões entre proteção ambiental e inserção da Amazônia nas cadeias globais de commodities. É nessa articulação que se situam as contradições examinadas neste artigo.

A centralidade da Noruega como país doador, ao mesmo tempo em que participa de cadeias produtivas globais associadas a pressões socioambientais no Brasil, constitui um elemento relevante para a análise das tensões entre financiamento ambiental e dinâmicas econômicas associadas à exploração de recursos e à produção de commodities. É nesse ponto que o conceito de neoextrativismo se torna relevante para a discussão, pois permite interpretar como discursos de sustentabilidade podem coexistir com práticas econômicas associadas à intensificação dos impactos socioambientais. Svampa (2019) introduz o conceito de neoextrativismo como uma categoria analítica que nasceu na América Latina, possuindo grande potência descritiva e explicativa, além de um caráter denunciador e um forte poder mobilizador, atuando como um conceito fortemente político, evidenciando as relações de poder e as disputas em jogo, e remetendo a responsabilidades compartilhadas e diferenciadas entre o Norte e o Sul global. Embora as origens do extrativismo na América Latina remontem à conquista e colonização europeia, marcando a região com uma lógica de despojo e saque em grande escala, o neoextrativismo do século XXI adquiriu novas dimensões. Estas são tanto objetivas, pela quantidade e escala dos projetos, pelos diferentes

tipos de atividade e pelos atores nacionais e transnacionais envolvidos, quanto subjetivas, devido à emergência de grandes resistências sociais que questionam o avanço vertiginoso da fronteira das *commodities* e elaboram outras linguagens e narrativas em defesa da terra, do território, dos bens comuns e da natureza.

Mas o que distingue extrativismo de neoextrativismo? Castro (2019) esclarece a dúvida argumentando que "o termo extrativismo é usado para designar as atividades que removem grandes volumes de recursos naturais e, não processados ou semiprocessados, são destinados sobretudo à exportação." (Castro 2019, 21). Essa atividade se desenvolve atualmente com tecnologias avançadas e com alto poder de intervenção sobre os recursos. Tais avanços tecnológicos permitiram imprimir extraordinária rapidez no desmonte e transporte do minério de seu lugar de origem para outro, justificando o uso do termo neoextrativismo como elemento de distinção de padrões tecnológicos diferentes. A autora conclui que:

> Nesse sentido, os processos naturais estão relacionados aos sociais como nos mostra a ecologia política. O neoextrativismo se caracteriza, e se distingue também, pelo tamanho dos impactos produzidos sobre os territórios, pelos riscos permanentes e os desastres sociais e ambientais produzidos. (Castro 2019, 22)

À luz dessas categorias, a atuação da Noruega pode ser analisada a partir da articulação entre sua atuação estatal no financiamento ambiental e sua participação em cadeias econômicas vinculadas à exploração de recursos naturais e à produção agroexportadora. A participação do país na Norsk Hydro e sua inserção nas cadeias produtivas associadas ao agronegócio no oeste mato-grossense constituem, nesse sentido, elementos empíricos que permitem examinar como diferentes dimensões da atuação estatal e corporativa podem coexistir no interior de uma mesma economia política. O caso analisado não permite, por si só, atribuir à Noruega a responsabilidade direta pelos impactos socioambientais observados na Terra Indígena Tirecatinga. Entretanto, permite interpretar esses impactos como uma expressão territorial específica de processos mais amplos, nos quais mecanismos de conservação ambiental coexistem com circuitos econômicos associados à exploração intensiva dos recursos naturais e à expansão agroexportadora.

Em sua obra *Capitalismo e Colapso Ambiental*, Marques (2015) detalha como a destruição das matas vegetais nativas no país atende aos interesses de uma vasta coalizão da sociedade brasileira. Esta coalizão é composta por diversos atores, incluindo madeireiras, frigoríficos e empresas dos setores de soja e pecuária.

As mineradoras e corporações de petróleo também estão envolvidas, assim como as construtoras e gestoras de usinas hidrelétricas e de estradas, destinadas ao escoamento da produção agropecuária, além das indústrias eletrointensivas, como as de alumínio e cimento, e o parque siderometalúrgico do país, que utiliza carvão vegetal. Todo esse complexo industrial é irrigado e sustentado pelo sistema financeiro.

Marques (2015) aborda frequentemente a questão do Estado-corporação, e esta é uma noção central para a sua análise do colapso ambiental e da inviabilidade do capitalismo sustentável. Para o autor, o termo Estado-corporação significa um novo modelo de simbiose entre o Estado e as grandes corporações, representando uma verdadeira mudança na natureza estatal a partir do final do século XX. Essa simbiose implica que os limites entre o Estado e o grande capital corporativo se tornam tão tênues que, por vezes, é impossível precisar onde um termina e o outro começa.

> Ao longo do século XX, as relações de complementaridade entre os Estados nacionais e as corporações generalizaram-se, aprofundaram-se e adquiriram, a partir de finais do século, formas suficientemente típicas para justificar a hipótese de uma nova fase do Capitalismo de Estado ou mesmo, como aqui se sugere, de uma verdadeira mudança na natureza do Estado, com a emergência do que se poderia chamar o Estado-Corporação, um novo modelo de simbiose entre Estado e corporação. (Marques 2015, 24)

Os impactos dos agrotóxicos na Terra Indígena Tirecatinga podem ser analisados, em escala local, à luz das categorias de neoextrativismo e Estado-corporação. O avanço das monoculturas de soja e algodão está inserido em um modelo de produção voltado à inserção nos mercados globais de commodities, cujos efeitos socioambientais incidem sobre territórios indígenas. Nesse contexto, a pulverização de agrotóxicos não precisa ser compreendida apenas como um episódio ambiental isolado, mas pode ser analisada em relação às características do sistema produtivo e às formas de organização territorial associadas à expansão do agronegócio.

Contudo, essa dinâmica não precisa ser considerada exclusivamente a partir da atuação do Estado brasileiro. Países do Norte Global, como a Noruega, também podem ser analisados a partir da articulação entre Estado e capital corporativo, embora em contextos institucionais distintos. O Estado norueguês, por exemplo, atua simultaneamente no financiamento de políticas de conservação, como o

Fundo Amazônia, e em uma economia na qual empresas de origem norueguesa participam de cadeias produtivas relacionadas à exploração de recursos naturais e à produção agroexportadora. Essa coexistência constitui um elemento relevante para analisar como compromissos ambientais e interesses econômicos podem operar simultaneamente no interior de uma mesma economia política.

Assim, o caso de Tirecatinga pode ser relacionado à economia política global do neoextrativismo e do Estado-corporação. De um lado, o agronegócio brasileiro amplia a fronteira agrícola e transforma os territórios nos quais se desenvolve; de outro, Estados e empresas de diferentes escalas participam de circuitos internacionais de financiamento, produção, comércio e consumo de commodities. O caso permite, portanto, observar uma configuração na qual o discurso da sustentabilidade coexiste com práticas econômicas associadas à exploração intensiva dos recursos naturais, oferecendo elementos para uma interpretação mais ampla das relações entre conservação ambiental, neoextrativismo e Estado-corporação.

Paterson (2000) vai mais além, afirmando que o sistema estatal moderno, caracterizado pela consolidação do poder em Estados territoriais, tem sido um motor histórico da mudança ambiental. O autor argumenta que, filosoficamente, o Estado moderno incorpora noções abstratas de hierarquia e dominação, que se estendem à dominação da natureza e dependem de formas de conhecimento burocratizadas e problemáticas ecologicamente. Dessa forma, a proteção ambiental não pode ser um objetivo primário do Estado, pois entra em conflito fundamental com seus imperativos de acumulação de capital e legitimação.

> Existem razões a priori muito boas para afirmar que "a proteção ambiental não pode se tornar um dos principais objetivos do Estado" e, na medida em que "está fazendo exatamente isso", tal objetivo está em conflito fundamental com outros imperativos estatais. Ao contrário desses imperativos, no entanto, a sustentabilidade não pode se tornar um requisito estrutural para a reprodução do governo estatal e, portanto, o sistema deve ser transformado (Paterson 2000, 45).[3]

O conceito de Estado-corporação constitui, portanto, uma chave analítica para compreender como interesses estatais e corporativos podem se articular em torno da exploração da natureza. No contexto sapezalense, essa perspectiva permite examinar tanto a atuação do Estado brasileiro na organização das condições de

3 Tradução nossa.

expansão do agronegócio quanto a inserção de Estados e corporações do Norte Global em circuitos internacionais relacionados à conservação, à produção e ao consumo de commodities. Desse modo, a aparente contradição entre financiamento ambiental e degradação socioambiental pode ser interpretada não apenas como uma incoerência circunstancial, mas como uma tensão que, à luz das categorias mobilizadas neste artigo, permite problematizar as formas contemporâneas de governança ambiental e sua coexistência com dinâmicas de neoextrativismo e Estado-corporação.

5. Considerações finais

O propósito central deste trabalho foi analisar, a partir do caso da Terra Indígena Tirecatinga, as tensões entre mecanismos de financiamento ambiental e dinâmicas econômicas associadas ao neoextrativismo e ao Estado-corporação. A análise sugere que a mera transferência de recursos do Norte para o Sul Global, embora necessária e potencialmente benéfica em alguns aspectos, não é suficiente para superar estruturas econômicas que permanecem associadas à degradação socioambiental. Ao articular escalas globais e locais, o estudo de caso permitiu observar como mecanismos internacionais de governança ambiental podem coexistir com cadeias econômicas geradoras de impactos socioambientais sobre territórios indígenas.

A escolha de Sapezal e da Terra Indígena Tirecatinga como caso de análise não pressupõe que a dinâmica observada seja estatisticamente representativa de toda a Amazônia ou das relações entre países do Norte Global e territórios produtores de commodities. Seu potencial analítico decorre justamente da possibilidade de observar, em uma configuração territorial específica, a articulação entre financiamento ambiental internacional, atuação estatal, participação corporativa, produção agroexportadora, fluxos comerciais e impactos socioambientais. O caso, portanto, funciona como uma janela para processos mais amplos, sem que suas características possam ser automaticamente generalizadas para outros territórios ou cadeias produtivas.

É igualmente necessário reconhecer os limites da análise. Os elementos empíricos apresentados não permitem estabelecer uma relação causal direta entre os aportes noruegueses ao Fundo Amazônia, as importações de soja e os impactos socioambientais observados na Terra Indígena Tirecatinga. Tais impactos também

se relacionam a fatores nacionais e territoriais, incluindo a expansão regional do agronegócio, as formas de regulação e fiscalização ambiental e as características específicas das cadeias produtivas de soja e algodão. A consideração desses fatores é importante para evitar uma atribuição causal simplificada à atuação norueguesa. O argumento desenvolvido, portanto, não consiste em demonstrar que a Noruega produz diretamente tais impactos, mas em evidenciar como sua atuação se insere em circuitos econômicos e políticos que coexistem com as dinâmicas socioambientais observadas no caso.

É importante situar a discussão no atual contexto político internacional, marcado por governos negacionistas e pelo avanço de forças políticas de extrema-direita em diferentes regiões do planeta, que por vezes empobrecem o debate público sobre meio ambiente, reduzindo demandas legítimas por proteção a reivindicações mínimas. Tal cenário não deve conduzir à complacência. Ao mesmo tempo, a análise desenvolvida neste artigo indica que a defesa da conservação ambiental exige considerar também as relações econômicas e territoriais que atravessam as fronteiras nacionais. Mesmo Estados com elevado compromisso formal com a agenda ambiental, como a Noruega, podem participar simultaneamente de mecanismos de conservação e de circuitos econômicos associados a pressões socioambientais no Sul Global. O caso da Terra Indígena Tirecatinga permite observar concretamente essa coexistência.

Por fim, impõe-se uma perspectiva que abarque a totalidade das engrenagens envolvidas, desde as decisões de política pública e os arranjos institucionais até as práticas produtivas e os fluxos comerciais internacionais, priorizando a proteção e a autonomia dos povos originários brasileiros. Reconhecê-los como guardiões dos ecossistemas do Cerrado e da Amazônia e incorporar seus saberes e demandas nas estratégias de governança é condição necessária para a construção de políticas ambientais verdadeiramente eficazes e justas.

Referências

Agência Câmara de Notícias. 2018. “Mineradora admite a deputados existência de duto clandestino no Pará.” *Portal da Câmara dos Deputados*, 23 de fevereiro. https://www.camara.leg.br/noticias/532478-mineradora-admite-a-deputados-existencia-de-duto-clandestino-no-para/

Becker, Bertha K. 2007. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Garamond.

Bernardes, Julia Adão. 2005. "Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense." Em *Geografia da soja: BR-163 – fronteira em mutação*, organizado por Julia Adão Bernardes e Osni de Luna Freire Filho. Arquimedes Edições.

Bernardes, Julia Adão. 2010. "O novo tempo do capital no cerrado: a criação de novos territórios produtivos." Em *A cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense*, organizado por J. A. Bernardes and L. A. S. Aracri. Arquimedes Edições.

Carmo, Eunápio Dutra do. 2019. "Hydro-Alunorte: Empresa produtora de desastres no 'campo minado' de Barcarena." Em *Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena*, organizado por Edna Ramos de Castro e Eunápio Dutra do Carmo. NAEA/UFPA.

Castro, Edna Ramos de. 2019. "Estratégias de expansão territorial de empresas minerais na Amazônia: Desastres socioambientais e 'zonas de sacrifício'." Em *Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena*, organizado por Edna Ramos de Castro e Eunápio Dutra do Carmo. NAEA/UFPA.

Chaves, Monalisa Rocha de Campos et al. 2024. "Povos indígenas de Tirecatinga: Reconhecimento da ameaça do território a partir de uma pesquisa-ação." *Cadernos de Agroecologia* 19 (1).

Comex Stat 2025. "Portal de estatísticas de comércio exterior." *Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.* 30 de setembro. https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home.

Fundo Amazônia 2013. *Documento de Projeto do Fundo Amazônia.* BNDES

Fundo Amazônia. 2024. *Relatório de Atividades 2023*. BNDES

Fundo Amazônia. 2026. *Relatório de Atividades 2025*. BNDES.

G1 MT. 2026. "MPF investiga denúncia de contaminação por defensivos agricultores em terra indígena de MT." *G1*, 10 de julho. https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2026/07/10/mpf-investiga-denuncia-de-contaminacao-por-defensivos-agricultores-em-terra-indigena-de-mt.ghtml

G1 PA. 2018. "Laudo confirma vazamento de rejeitos de refinaria em Barcarena, no PA." *G1*, 22 de fevereiro. https://g1.globo.com/pa/para/noticia/laudo-confirma-vazamento-de-rejeitos-de-mineradora-em-barcarena-no-pa.ghtml

IBGE 2025. "Cidades e Estados: Sapezal (MT)." *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. 03 de novembro. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/sapezal/panorama.

Jackson, Patrick Thaddeus 2011. *The conduct of inquiry in international relations: philosophy of science and its implications for the study of world politics*. Routledge.

Lamas, Fernando Mendes e Chitarra, Luiz Gonzaga 2022. *Panorama atual e perspectivas da cultura do algodoeiro em Mato Grosso*. Embrapa Agropecuária Oeste.

Leira, Torkjell. 2020. *A Luta pela Floresta: como a Noruega ajuda a proteger e a destruir o meio ambiente no Brasil***.** Editora Rua do Sabão.

Marques, Luiz 2015**.** *Capitalismo e Colapso Ambiental.* Editora Unicamp.

Mello, Neli Aparecida de. 2003. "Contradições territoriais: signos do modelo aplicado na Amazônia" *Sociedade e Estado* 18, (2): 339-360.

Mello, Neli Aparecida de. 2006. *Políticas Territoriais na Amazônia.* Annablume.

Ministério das Relações Exteriores 2024. *Como exportar para Noruega***.** Embaixada do Brasil.

Ministério das Relações Exteriores da Noruega. 2026. "Clima e meio ambiente." *Norway.no*. 02 de setembro. https://www.norway.no/pt/central-content/pt/valores-prioridades/clima-meio-ambiente/

Operação Amazônia Nativa (OPAN) e Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)/ Instituto de Saúde Coletiva. Núcleo de Estudos Ambientais, Saúde e Trabalho (Neast) 2022. *Impactos da monocultura de algodão na saúde e ambiente em Mato Grosso.* Cuiabá.

Paterson, Matthew 2000. *Understanding global environmental politics: domination, accumulation, resistance***.** Macmillian Press.

Pignati, Wanderlei Antônio et al 2017. *Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde***.** Ciência & Saúde Coletiva 22 (10).

Reis, Aparecida Fátima Camila; Gugelmin, Silvia Ângela e Correa, Márcia Leopoldina Montanari 2026. *Processos protetores e destrutivos da soberania e segurança alimentar e nutricional na Terra Indígena Tirecatinga, Sapezal, Mato Grosso.* Saúde em Debate *50 (esp. 2)*

Rodrigues, Edmilson, coord. 2018. *Relatório Final: Comissão Externa das Bacias de Rejeitos de Mineração em Barcarena/PA*. Câmara dos Deputados.

Santos, Milton 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* Record.

Svampa, Maristella 2019. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Universidad de Guadalajara.